



Município de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO

Referência: Processo Administrativo nº 073/2020

Modalidade Pregão nº 033/2020

Vieram aos autos para decisão no processo licitatório acima descrito, cujo objeto é a **aquisição de Computadores básicos, para atender as necessidades das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Assis Chateaubriand - Paraná**. Considerando o Parecer Jurídico nº 223/2020, e, pelos fatos e fundamentos ali expostos, que adoto como razões de decidir, e que passam, portanto, a fazer parte integrante desta decisão, determino a **ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**, o que faço com fulcro no artigo 49, *caput*, segunda parte, da Lei nº 8.666/93 e nas Súmulas 346 e 473, ambas do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, fica prejudicada a análise: a) do mérito do recurso interposto pela empresa M I Equipamentos Eletrônicos Ltda. EPP; b) do mérito dos demais pontos de insatisfação deduzidos no recurso apresentado pela empresa Mister Micro Paraná Ltda.; e c) das contrarrazões de recursos ofertadas pela empresa Perfil Computacional Ltda. nos requerimentos nº 2020/07/5024 e 2020/07/5025, de fls. 1086/1106.

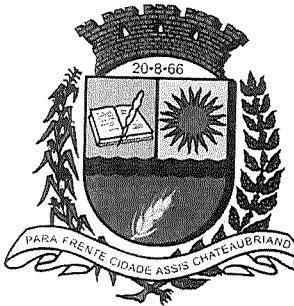
Dessa forma, determino a realização de novo processo licitatório para aquisição dos itens deste certame, precedido de ampla pesquisa mercadológica.

Intime-se

Publique-se.

Assis Chateaubriand, 17 de setembro de 2020.

Odilo Denig
Prefeito em exercício



Diário Oficial

MUNICÍPIO ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

www.assischateaubriand.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 2773/2012

Assis Chateaubriand – PR, segunda-feira, 21 de setembro de 2020

Ano V

Edição Nº 618

ATOS DO PODER EXECUTIVO



Município de Assis Chateaubriand
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO

Referência: Processo Administrativo nº 073/2020

Modalidade Pregão nº 033/2020

Vieram aos autos para decisão no processo licitatório acima descrito, cujo objeto é a aquisição de Computadores básicos, para atender as necessidades das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Assis Chateaubriand - Paraná. Considerando o Parecer Jurídico nº 223/2020, e, pelos fatos e fundamentos ali expostos, que adoto como razões de decidir, e que passam, portanto, a fazer parte integrante desta decisão, determino a ANULACAO DA PRESENTE LICITACAO, o que faço com fulcro no artigo 49, *caput*, segunda parte, da Lei nº 8.666/93 e nas Súmulas 346 e 473, ambas do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, fica prejudicada a análise: a) do mérito do recurso interposto pela empresa M I Equipamentos Eletrônicos Ltda. EPP; b) do mérito dos demais pontos de insatisfação deduzidos no recurso apresentado pela empresa Mister Micro Paraná Ltda.; e c) das contrarrazões de recursos ofertadas pela empresa Perfil Computacional Ltda, nos requerimentos nº 2020/07/5024 e 2020/07/5025, de fls. 1086/1106.

Dessa forma, determino a realização de novo processo licitatório para aquisição dos itens deste certame, precedido de ampla pesquisa mercadológica.

Intime-se

Publique-se.

Assis Chateaubriand, 17 de setembro de 2020.

Odilo Denig
Prefeito em exercício

Av. Clivica, 89 - Cx. Postal 191
Tel.: (44) 3528-8455 - Fax: (44) 3528-5064
CEP 85935-000 - ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Assis chateaubriand dá garantia da autenticidade desse documento, desde que visualizado através do site www.assischateaubriand.pr.gov.br

Cíclos de Almeida

Uma faca de dois legumes

Sábado passado falamos de motoristas, hoje, o assunto é motoqueiro, ou como eles preferem: motociclistas.

Não gosto de estatísticas, mas elas são necessárias. Em 2019 ocorreram 30.371 mortes no trânsito brasileiro. Destas, 10.674 eram motociclistas e 83% do sexo masculino. O número é 7,5% menor que o registrado em 2018, mas, continua alto, muito alto. Sabe-se que mais de 20% dos brasileiros não usam cinto de segurança quando sentam no banco da frente de carros, vans ou táxis. O cinto de segurança é necessário, evita graves sequelas de acidentes e muitas mortes nos acidentes de trânsito. Isto é fato, verdadeiro, não se discute e ponto final. O que ainda é discutível é a obrigatoriedade do cinto para os motoristas de carros, quando o motociclista pode tragarafar num veículo que tem o mesmo poder de velocidade e riscos iguais, sendo até mais perigoso por não oferecer nenhuma segurança em caso de um choque, que nem precisa ser em alta velocidade. São extremos tratados com dois pesos e duas medidas.

O uso do capacete não representa muita coisa, quando o resto do corpo está sujeito a ser dividido em partes num acidente grave. É evidente que não há jeito de usar cinto na moto, assim, ele é dispensado.

Por isso, o uso do cinto nos carros deveria ser facultativo, uma vez que a falta dele é prejudicial apenas para quem nele está, da mesma forma que dentro de casa, o uso de roupas é uma escolha que não depende de lei nenhuma.

Nessas alturas, entra a defesa de que o governo gasta muito com acidentados que não estavam usando o cinto na hora do acidente. Mas há a contrapartida dos que já morreram afogados ou queimados por não conseguirem se livrar do aparo, ficando presos nelas sem poder sair. Como diria o corintiano Vicente Matheus: é uma faca de dois leões.

Isto tudo já foi muito discutido e continuará a ser sempre, mas uma coisa é verdade: o país gasta muito mais com acidentados em motos do que em carros, mas até agora não se sabe de nenhuma política para tornar esses veículos de duas rodas mais seguros, do ponto de vista de proteção ao piloto. Já que é impossível incluir meios de proteção, a saída seria diminuir a possibilidade de altas velocidades. Porém, o que ocorre é o contrário: as motocas continuam a ser fabricadas com potências cada vez maiores, enquanto o par-a-choque continua sendo o peito ou as pernas do motociclista. Dizer que é impossível melhorar a segurança não convence. Não há nada que não possa ser melhorado ou piorado.

A liberdade que a moto possui incentiva a libertinagem por parte de muitos que se acham no direito de fazer ultrapassagens perigosas, costuras no trânsito urbano e até quebrar retrovisores de carros. Por outro lado, uma grande quantidade de motoristas não respeita as motos e acham veículos inferiores, por isso não perdem a oportunidade de tirar uma "fiminha", o que sempre resulta em acidentes graves. E a interminável batalha do trânsito, onde mais seguro é mesmo ficar em casa.

Saneamento: entre a lei e a realidade

Luiz Pladevall (*)

A aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento traz esperança para a população que vive em áreas insuladas, além de oportunidades e uma maior segurança jurídica para empresas privadas interessadas em investir nos empreendimentos do setor. Mesmo que o resultado final não conte com demandas de todos os agentes envolvidos, nas discussões da lei, o documento encerra um longo período de incertezas e simula um caminho para o avanço das obras e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no país.

Porém, a lei é apenas um passo de um longo caminho que precisamos percorrer para responder as demandas urgentes. O Novo Marco Legal do Saneamento traz um grande desafio a ser superado. O texto estabelece metas ambiciosas de atendimento de 99% da população com água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Hoje, contamos ainda com aproximadamente 35 milhões de brasileiros sem acesso ao abastecimento adequado e outros 100 milhões de pessoas com residências sem ligação ao sistema de coleta e tratamento. Mesmo com a participação efetiva da iniciativa privada, o trabalho será árduo nos próximos anos.

Estamos acostumados a conviver com governos com visão de que, por meio de uma legislação, os problemas podem ser solucionados de um dia para o outro. Principalmente no caso do saneamento, esse princípio está muito longe da realidade. Para alcançar as metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento será indispensável planejamento de curto, médio e longo prazos. O setor é extremamente complexo e cada região brasileira precisa de soluções próprias. A primeira lição cabe as cidades, que devem consolidar um Plano Municipal de Saneamento. Ainda hoje, a maioria dos 5.570 municípios brasileiros não conta com esse documento e 80% deles sequer dispõem de profissionais especializados para qualquer tipo de orientação para a elaboração desse plano; executando os municípios paulistas, que contaram com a participação do governo do estado na contratação de parceiros para a produção dos planos em nível regional, divididos por bacias hidrográficas. Iniciativas como essa precisam ser replicadas por outros entes federativos, inclusive pela União, como forma de acelerar a construção de estações de tratamento de água e esgoto, a implantação dos sistemas de coleta e tratamento, entre outros empreendimentos.

Um próximo passo requer coordenação federal para que os órgãos de planejamento, em todas as esferas governamentais, disponham de estudos precisos sobre as demandas de cada região. Entre os avanços do Novo Marco Legal, a cooperação entre os entes federativos foi estimulada, incentivando a regionalização desses serviços. Essas regras vão contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, permitindo ganhos de escala e eficiência dos serviços. É importante ressaltar, porém, que essas parcerias só podem ser alcançadas com informações que refletem a realidade dessas localidades.

Portanto, nosso dever de casa é trabalhar para um bom planejamento, que conte com uma programação periódica de ações e com embasamento técnico consistente, e que seja instrumento vivo, continuamente revisado e atualizado. Segundo esse caminho, vamos atender as demandas da sociedade a partir dos meios adequados para alcançar essas metas. Caso contrário, estaremos mais uma vez diante de uma lei incapaz de dar respostas aos problemas da população.

(*) Luiz Pladevall é presidente da Apacs (Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente) e vice-presidente da ABES-SP (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).



Uma poesia para o seu dia

Com: Fernando Silveira

A noite noite chegou...
Com passo trânsquio vou...
Penduro meu tirador
A xepa no fogão
Pedindo achego do criador
Preparo meu chimarrão...
O cusco deitado
Meio de lado
Cansado pela gadaria...
Depois da lida pego o mate
A saudade bate
Me contento com a iguaria!

Parécido com tu sou um vi-
Apiejo da corriera do dia
Atando em mim a saudade...
Ao patrão velho peço força
pra continuar
Amanhã de novo pelear
Num tranco firme pra não
parar...

O Regional EXPEDIENTE

DIREÇÃO GERAL E COMERCIAL
Ademir Brito dos Santos
Fábio Brito dos Santos

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E COMERCIAL
Av. Tupi, 1765 - Jardim Paranaíba
CEP: 83930-009 - Assis Chateaubriand - PR
Fone: (44) 3528-2357 / FAX: (44) 3528-2009
Propriedade: Editora AZL Ltda
CNPJ: 07.185.029/0001-14
Affiliado à Associação dos Jornais do Interior do Paraná
Circulação: Diária

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Ademir Brito dos Santos

Editor
Fábio Brito dos Santos
Esportes
Marcos Antonio Lemes

POLICIAL
Leo Silva

Reclamações de segunda a sexta-feira
(44) 3528-2357.
Sábados, domingos e feriados, falar com FÁBIO
(44) 9 8418 3344.
Horário de Expediente
Segunda a sexta-feira
das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17

DIÁLOGO

e-mail:
oregionaljornal1975@gmail.com
Site: www.portalregional.com

IMPRESSÃO
Correio do Cidadão - MCP Comunicação Ltda ME-Campo Mourão - PR CNPJ: 10.846.416/0001-89

Envio do Material

Matérias e fotos: Até as 15h - Atos Oficiais Até as 12h

DETALHO N.º 144/2020

Subjeto: Reunião entre Juiz, Morador, Moradora, Tomada de Preços sob nº 013/2020, bem como adjunto o objeto ao qual se refere, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.636/93 e suas alterações;

Considerando o disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Considerando o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município;

Art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 4º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 5º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 6º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 7º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 9º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 10º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 11º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 12º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 13º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 14º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 15º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 16º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 17º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 18º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 19º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 20º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 21º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 22º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 23º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 24º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 25º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 26º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 27º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 28º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 29º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 30º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 31º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 32º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 33º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 34º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 35º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 36º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 37º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 38º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 39º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 40º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 41º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 42º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 43º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 44º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 45º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 46º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 47º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 48º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 49º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 50º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 51º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 52º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 53º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 54º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 55º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 56º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 57º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 58º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 59º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 60º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 61º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 62º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 63º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 64º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 65º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 66º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 67º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 68º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 69º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 70º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 71º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 72º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 73º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 74º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 75º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 76º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 77º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 78º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 79º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 80º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 81º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 82º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 83º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 84º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 85º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 86º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 87º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 88º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 89º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 90º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 91º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 92º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 93º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 94º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 95º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 96º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 97º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 98º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 99º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 100º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 101º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 102º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 103º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 104º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 105º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 106º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 107º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 108º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 109º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 110º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 111º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 112º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 113º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 114º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 115º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 116º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;

Art. 117º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.636/93;